



Sócrates acusa Passos de querer eliminar IVA a 13%

Intenção do PSD de reduzir a Taxa Social Única paga pelas empresas dominou debate sobre política fiscal



José Sócrates foi o último dos cinco líderes dos partidos com assento parlamentar a discursar na conferência da OTOC no CCB

— GINA PEREIRA
— gina@jn.pt

A proposta do PSD de reduzir até 4%, até ao final da legislatura, a Taxa Social Única (TSU) paga pelas empresas como forma de promover a competitividade continua a gerar polémica. Sócrates diz que esconde a intenção de acabar com a taxa intermédia do IVA.

O líder do PSD foi o primeiro dos cinco líderes dos partidos com assento parlamentar a discursar na conferência sobre "União Europeia e a Política Fiscal", organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) em parceria com a TSE/DN, ontem, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. E não fugiu à polémica do momento, após a apresentação do programa eleitoral do PSD, reafirmando a intenção de reduzir a TSU, paga pelas empresas à Segurança Social, como forma de fomentar o crescimento da economia, em especial as empresas exportadoras.

De acordo com Passos Coelho, "diminuir rapidamente os custos do trabalho" é a "única possibili-

dade" que Portugal tem, nos próximos anos, de promover a competitividade da economia visto que todos os outros factores – o marketing, a identificação de novos canais de distribuição e a qualificação dos recursos humanos, apontou – "demoram muito tempo a evoluir e a ter reflexos".

"A única medida alternativa, que é dolorosa e que eu não defendo, é a redução de salários", disse Passos Coelho, desafiando quem tenha "uma solução melhor do que a desvalorização fiscal a apresentá-la". O líder do PSD garantiu que essa diminuição de receita será compensada com a reestruturação do IVA, "em princípio sem aumento das taxas marginais", assegurando que, durante os próximos três/quatro anos, haverá "folga" para "utilizar parte da receita do IVA para sustentar a baixa da taxa da TSU".

Passos Coelho não explicou como é que pretende fazer essa reestruturação do IVA e que produtos é que poderão mudar de taxa – matéria que terá de ser vis-

Líder do PS trocou o nome à Ordem e pediram-lhe que falasse de impostos

Começou mal e não acabou melhor a intervenção do primeiro-ministro e secretário-geral do PS, o último dos cinco líderes partidários a intervir na conferência "União Europeia e a Política Fiscal", no CCB. Logo ao início, Sócrates enganou-se e felicitou os Revisores Oficiais de Contas – a conferência era organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, em parceria com o DN/TSF –, o que causou burburinho na sala. Mas José Sócrates não se desculpou e limitou-se a lembrar que "até teve alguma coisa a ver com a criação" daquela Ordem. Depois, o discurso foi quase todo dedicado a passar em revista as medidas do seu Governo – da criação das USF ao Inglês nas escolas –, o que levou uma participante a pedir-lhe que falasse de política fiscal, sendo aplaudida. Outros optaram por abandonar a sala.

ta "com muito cuidado e transparência" na elaboração do próximo Orçamento do Estado, disse –, mas afirmou que "tudo o que tiver que ver com o cabaz alimentar será protegido à taxa mínima".

Quem viu nesta declaração uma "nova versão" foi o primeiro-ministro, José Sócrates, que, à tarde – num discurso de campanha de 55 minutos, em que praticamente se limitou a passar em revista várias medidas do seu Governo, levando a plateia a pedir-lhe que falasse de política fiscal – atacou forte e feio o PSD, acusando-o de querer acabar com a taxa intermédia de 13% no IVA.

"Eu não vejo outra alternativa", disse, insistindo que o que está escrito no memorando de entendimento com a "troika" é que a reestruturação do IVA está afectada à redução do défice e que este "buraco" de 1600 milhões de euros na Segurança Social "não pode existir". Além disso, Sócrates alertou que esse "aumento de impostos", decorrente da eliminação da taxa intermédia do IVA, praticada pela restauração, irá afectar "um dos sectores com maior potencialidade no nosso país, que é o turismo".

Portas quer reformar o IRS e Passos admite alargar escalões como forma de proteger coesão nacional

Aos 800 técnicos oficiais de contas que se inscreveram na conferência – alguns entretanto já tinham saído da sala, incomodados com o tom de campanha do secretário-geral do PS – Sócrates pouco disse sobre política fiscal, a não ser que pretende "corrigir uma das áreas de maior injustiça que temos nos impostos, que são as deduções individuais". Não especificou a que se referia, mas abriu caminho a mudanças nas deduções personalizantes, as que ninguém admitiu ainda mudar.

Mais claro foi Passos Coelho, que anunciou a intenção de simplificar o IRC e alargar os escalões do IRS, "onerando ligeiramente as taxas marginais dos escalões mais elevados", como forma de "salvaguardar a coesão nacional", que admitiu poder estar ameaçada pela crise. Também Paulo Portas, do CDS-PP, defendeu uma revisão do IRS com "menos taxas, menos escalões e menos benefícios" e mais convidativo para quem pretenda trabalhar. Defendeu também créditos fiscais selectivos para as empresas exportadoras e que contratem pessoal.

Francisco Louçã, do BE, afirmou que o momento requer "imaginação" para não aumentar impostos e defendeu que se avance com a tributação das mais-valias urbanísticas. Jerónimo de Sousa, do PCP, quer taxar todo o património e menos impostos para ajudar as pequenas empresas. ■

PALAVRA DE LÍDER



"Os que acham que é possível um milagre sem sofrer a dor não estão a falar verdade ao país."

Pedro Passos Coelho

LÍDER DO PSD



"Não percebo como é que um partido faz uma proposta destas fingindo que não aumenta impostos." (Sobre a proposta do PSD de redução da TSU)

José Sócrates

LÍDER DO PS



"O aumento de impostos previsto no acordo constitui mais um impacto no agravamento das injustiças e na penalização da actividade produtiva."

Jerónimo de Sousa

LÍDER DO PCP



"Temos um IRS dos mais complicados da União Europeia. É preciso simplificá-lo e que seja convidativo a quem quer trabalhar."

Paulo Portas

LÍDER DO CDS-PP



"Ao assumirem o programa da 'troika', PS, PSD e CDS comprometeram-se com um gigantesco aumento de impostos."

Francisco Louçã

LÍDER DO BE